PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2023
PROCESSO Nº 040/2023

TORNA-SE PÚBLICO QUE A PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS-SP, Estado de São Paulo, CNPJ nº. 47.842.836/0001-05, sito à Rua Porto Alegre nº 350, Jardim Santa Rita, **REALIZARÁ LICITAÇÃO**, na **MODALIDADE PREGÃO**, na **FORMA ELETRÔNICA**, do **TIPO MENOR PREÇO POR ITEM** e **MODO DE DISPUTA ABERTO**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n° 10.024, de 20 de setembro de 2019, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital. A sessão de processamento do citado PREGÃO será conduzida pelo Pregoeiro Oficial - Portaria nº 20.531, de 01 de fevereiro de 2023 e respectiva Equipe de Apoio, devidamente designados pela Portaria nº 20.534, de 01 de fevereiro de 2023, constante nos autos do processo.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 31/03/2023.

HORÁRIO: 08h30min. (horário de Brasília - DF).

LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal - *www.gov.br/compras/pt-br*

CÓDIGO DA UASG NO COMPRASNET: 986411.

DÚVIDAS SOBRE O EDITAL: As dúvidas acerca do presente Edital deverão ser encaminhadas à Secretaria Municipal de Gestão, no Departamento de Compras, Licitações e Contratos Administrativos, em até 3 (três) dias úteis anteriores à data de abertura da sessão pública, através do e-mail *compras@fernandopolis.sp.gov.br*, devendo ser informados, no campo "assunto", a modalidade e o número da licitação (Pregão Eletrônico Nº 013/2023), ou, diretamente no campo específico "Esclarecimentos e Impugnações" do Portal de Compras Do Governo Federal (*www.gov.br/compras/pt-br)*. As respostas serão divulgadas no Portal de Compras do Governo Federal (*www.gov.br/compras/pt-br)*, e no endereço eletrônico *fernandopolis.sp.gov.br*.

DÚVIDAS SOBRE O SISTEMA DO COMPRAS GOVERNAMENTAIS: As dúvidas acerca da operacionalização do sistema do Compras Governamentais deverão ser esclarecidas junto à Central de Serviços Serpro - CSS, através do e-mail *css.serpro@serpro.gov.br* ou pelo telefone 0800-978-9001.

1. DO OBJETO

1.1. O presente Pregão visa à "**AQUISIÇÃO DE VIATURA - VEÍCULO TIO PICK-UP ZERO KM, PARA TRANSPORTE DE PESSOAS E CARGAS, PARA USO DO CORPO DE BOMBEIROS DO MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS-SP",** por menor preço por item e modo de disputa aberto, conforme especificações deste Edital e de seus Anexos.

1.1.1. O veículo deverá estar registrado perante os órgãos de trânsito competentes em nome da ***licitante/contratada, na hipótese de se tratar de revendedora não pertencente ao grupo econômico da fabricante ou da anterior revendedora.***

1.1.2. Para *conclusão da transferência e do registro dos veículos em nome do Município de Fernandópolis*, a licitante/contratada é obrigada a adotara todas as providências necessárias perante os órgãos de trânsito competentes e, se o caso, perante os alienantes de quem adquiriu os veículos.

1.1.3. Havendo divergência entre as informações constantes do registro da licitação no Portal de Compras do Governo Federal e as constantes deste Edital e de seus Anexos, prevalecerão as últimas.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. Para atender as despesas decorrentes desta licitação, foi aprovado no orçamento para o exercício de 2023, Lei nº. 5.353, de 22 de dezembro de 2022, as necessárias dotações orçamentárias, num valor estimado de **R$ 204.500,00 (duzentos e quatro mil, quinhentos reais)**, na classificação abaixo:

020.302 – FUNDO ESPECIAL DO CORPO DE BOMBEIROS
06.182.0002..2076 – MANUTENÇÃO CORPO DE BOMBEIROS
4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. É de responsabilidade exclusiva do licitante o uso adequado do sistema, cabendo-lhe zelar por todas as transações efetuadas diretamente ou por seu representante.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. Deixamos de aplicar o disposto no inciso III, artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006, tendo em conta que o objeto consiste em bem de natureza indivisível, não devendo assim, haver a reserva de cotas exclusivas para microempresas e empresas de pequeno porte.

4.2. Poderão participar deste Pregão Pessoas Jurídicas interessados, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, bem como os que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, e que atenderem às demais exigências constantes deste Edital e de seus Anexos.

4.2.1. A inclusão dos documentos e/ou informações no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF é de inteira responsabilidade do Licitante, podendo ocasionar na sua desclassificação a ausência de qualquer documento exigido neste Edital.

4.3. Os interessados poderão participar do procedimento licitatório por intermédio de sua matriz ou filial, desde que cumpram as condições exigidas para o cadastramento e a habilitação parcial no SICAF, bem como as exigências constantes deste Edital e de seus Anexos.

4.4. Estará impedido de participar deste Pregão o interessado que:

4.4.1. Estiverem proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente, em especial o Art. 34 da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 03, de 26 de abril de 2018.

4.4.1.1. Também serão diligenciados pelo Pregoeiro o:

a) SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores;

b) BNDT- Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (CNDT);

c) CNIA- Cadastro Nacional de Condenações por Improbidade Administrativa (CNJ);

d)CEIS- Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CGU); e

e)Cadastro de Inidôneos e Cadastro de Inabilitados (TCU).

4.4.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).

4.4.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

4.4.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.

4.4.5. Que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação.

4.4.6. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio.

4.4.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.4.8. Instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa/SEGES nº 05/2017).

4.4.9. Esteja cumprindo penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Fernandópolis.

4.4.10. Tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública ou esteja cumprindo penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União Federal.

4.4.11. Esteja proibido de licitar e contratar com a Administração Pública, bem como de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de pessoas jurídicas de direito público ou de pessoas jurídicas controladas pelo Poder Público, com fundamento em outros dispositivos legais não mencionados nos incisos anteriores deste subitem.

4.4.12. Esteja em recuperação judicial, salvo nos casos em que haja decisão judicial que permita a participação em licitações.

4.4.13. Pessoa Física.

4.5. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

4.5.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

4.6. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.6.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.6.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame.

4.6.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6.1.3. A mera declaração como ME ou EPP ou a efetiva utilização dos benefícios concedidos pela LC nº 123/2006 por licitante que não se enquadra na definição legal reservada a essas categorias, configura fraude ao certame, sujeitando a empresa à aplicação de penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, além de ser descredenciada do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

4.6.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital.

4.6.3. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade dedeclarar ocorrências posteriores;

4.6.4. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

4.6.5. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.6.6. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

4.6.7. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.6.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DO CADASTRO DAS PROPOSTAS

5.1. O interessado em participar deste Pregão deverá, até a abertura da sessão pública, enviar sua proposta por intermédio do Portal de Compras do Governo Federal, devendo encaminhar, concomitantemente, os documentos de habilitação exigidos no item 7.1 deste Edital.

5.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

5.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

5.6. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.6.1. Valor unitário e total do item.

5.6.1.1. O valor deverá ser expresso em Real (R$), com 2 (duas) casas decimais.

5.6.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, vedada a identificação da licitante.

5.6.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.7. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital.

5.7.1. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1° do artigo 57 da Lei n° 8.666, de 1993.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.10.A proposta deverá ter validade não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data da abertura da sessão pública.

5.11. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital e em seus Anexos.

5.12. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do Licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
5.13. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital, serão encaminhados pelo Licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, no prazo fixado pelo Pregoeiro, que não será inferior a 2 (duas) horas.
5.14.AO FINAL DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, O FORNECEDOR MELHOR CLASSIFICADO SERÁ CONVOCADO NO PRAZO FIXADO PELO PREGOEIRO, QUE NÃO SERÁ INFERIOR A 2 (DUAS) HORAS, PARA APRESENTAR A PROPOSTA READEQUADA.

6. DA FORMULAÇÃO DE LANCES E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.
6.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
6.4.1. Durante a fase de lances, não serão aceitos contatos telefônicos, ou via e-mail, com o(a) Pregoeiro(a) e com a equipe de apoio, inclusive para pedidos de exclusão de lances dados equivocadamente, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, já que tal ato configura a identificação da licitante durante a sessão pública, o que é legalmente vedado.
6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
6.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.
6.5.2. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, em reais, por item, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima entre os lances para cada item, a qual será:

ITEM	REDUÇÃO R$
TODOS OS ITENS	**0,10 PODENDO SER ALTERADO NA ETAPA DE LANCES**

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, contendo cada lance no máximo 02 (duas) casas decimais, relativas à parte dos centavos, sob pena de exclusão do lance, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.6.1. Não será admitida a desistência da proposta/lance, após o início da fase de lances.

6.6.2. O disposto no subitem anterior não impede que o pregoeiro exclua lances manifestamente inexequíveis, que possam comprometer a competitividade do certame.

6.6.3. Na hipótese de ocorrência de desistência injustificada de proposta/lance, o Pregoeiro autuará processo administrativo para apenação da(s) licitante(s) convocada(s), já que tal prática se consubstancia em ato ilegal, previsto no rol do art. 7º, da Lei nº 10.520/2002.

6.7. Após a abertura da sessão pública, o Pregoeiro poderá suspendê-la, adiá-la ou reabri-la a qualquer momento, informando previamente os Licitantes por meio do Portal de Compras do Governo Federal, com, no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência.

6.8. No caso de desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, se o Portal de Compras do Governo Federal permanecer acessível aos Licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.9. Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após comunicação prévia e expressa aos Licitantes no Portal de Compras do Governo Federal, observada a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro horas).

6.10. A etapa de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.10.1. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem 6.10 será de 2 (dois) minutos, e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

6.10.2. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos subitens 6.10 e 6.10.1, a sessão pública será encerrada automaticamente.

6.10.3. Encerrada a etapa de lances sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no subitem 6.10, o Pregoeiro poderá, assessorado pela Equipe de Apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução de oferta mais vantajosa.

6.11. Encerrada a etapa de lances, se o melhor lance não tiver sido ofertado por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver lance apresentado por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior àquele, proceder-se-á da seguinte forma:

a) O sistema convocará a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada dentre aquelas enquadradas na condição prevista no caput deste subitem (6.11) para, no prazo de até 5 (cinco) minutos, ofertar valor inferior ao melhor lance.

b) Na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte mencionada no inciso anterior deixar de oferecer valor inferior, o sistema convocará as microempresas ou empresas de pequeno porte remanescentes que porventura se enquadrem na condição prevista no caput deste subitem (6.11), na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

c) Na hipótese de todas as microempresas ou empresas de pequeno porte enquadradas na condição do caput deste subitem (6.11) deixarem de ofertar valor inferior, o Pregoeiro convocará o Licitante ofertante do melhor lance, dando-se prosseguimento à sessão pública.

d) Na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte ofertar valor inferior ao melhor lance, o Pregoeiro a convocará, dando prosseguimento à sessão pública.

6.11.1. O Pregoeiro poderá solicitar documentos que comprovem o enquadramento do Licitante na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.11.2. O Licitante que se declarar microempresa ou empresa de pequeno porte para fins de obtenção dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 e não possuir tal condição ficará sujeito à sanção administrativa prevista neste Edital, sem prejuízo da responsabilização em outras esferas.

6.11.3. O procedimento listado nos incisos do subitem 6.11 deste Edital será promovido pelo Pregoeiro, observada a ordem classificatória, sempre que o Licitante ofertante do melhor lance for desclassificado, inabilitado ou excluído deste Pregão.

6.11.4. Na hipótese de o melhor lance ter sido ofertado por microempresa ou empresa de pequeno porte ou na hipótese de o melhor lance não ter sido ofertado por microempresa ou empresa de pequeno porte e não haver oferta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior ao melhor lance, o Pregoeiro convocará o Licitante ofertante do melhor lance, dando-se prosseguimento à sessão pública.

6.12. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao Licitante que tenha apresentado o melhor preço, ressalvadas as hipóteses em que a redução possa comprometer a exequibilidade da proposta final ofertada.

6.12.1. O Pregoeiro poderá suspender a sessão para que o Licitante ofertante do melhor lance possa avaliar a possibilidade de redução do último valor ofertado.

6.13. O Licitante ofertante do melhor lance deverá apresentar a proposta adequada ao lance final ofertado, exclusivamente por intermédio do Portal de Compras do Governo Federal, conforme modelo constante do Anexo IV (Termo de Referência) deste Edital, no prazo de até 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro, prorrogáveis, a critério da Administração Pública.

6.13.1. A proposta deverá identificar o Licitante, e ser redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com clareza, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, datada e assinada por seu Representante Legal ou Procurador.

6.13.2. Os valores ofertados na proposta deverão ser expressos em Real (R$) e com 2 (duas) casas decimais.

6.13.3. A proposta deverá conter planilhas de preços que indiquem os valores unitários, totais e global do objeto licitado, conforme modelo constante do Anexo IV (Termo de Referência) deste Edital.

6.13.4. Devem estar incluídas no valor global ofertado todas as despesas e custos, diretos e indiretos (tais como tributos, encargos sociais e trabalhistas, contribuições, transporte, viagens, seguro e insumos), necessários ao cumprimento integral do objeto a ser contratado.

6.14. Após o envio da documentação de proposta, o Pregoeiro examinará a compatibilidade do preço ofertado em relação ao valor estimado para a contratação.

6.14.1. Nesta ocasião, o Pregoeiro poderá verificar a habilitação do Licitante ofertante do melhor lance, hipótese em que serão observadas as regras constantes dos itens 6.16.a 6.17. deste Edital.

6.14.2. Caso adotado o procedimento previsto no subitem anterior, a análise final da proposta, em todos os seus requisitos, somente será concluída se verificado o atendimento dos requisitos de habilitação do Licitante ofertante do melhor lance.

6.15. Na análise e julgamento da proposta, o Pregoeiro poderá, justificadamente, sanar erros ou falhas que não alterem sua substância da proposta (vícios sanáveis), atribuindo-lhe validade e eficácia, rejeitando aquela:

a) Que possuir vícios insanáveis;

b) Que não atender às exigências deste Edital e de seus Anexos;

c) Cujo valor global for superior ao limite estabelecido no Anexo IV (Termo de Referência) deste Edital;

d) Cujos valores unitários ou global forem inexequíveis, observado o disposto no subitem 6.15.1. deste Edital; ou

e) Cujos valores unitários forem considerados excessivos, nos termos do disposto no subitem 6.15.2. deste Edital.

6.15.1. Havendo indícios de inexequibilidade dos valores ofertados, será instaurada diligência para que o Licitante ofertante da melhor proposta possa, no prazo fixado pelo Pregoeiro:

a) Comprovar sua exequibilidade, apresentando justificativas e/ou documentos que comprovem a viabilidade e a compatibilidade dos valores ofertados; ou

b) Ajustar os valores ofertados, observando como limite máximo o valor ofertado na proposta e, se for o caso, justificativas para os ajustes realizados.

6.15.2. Havendo indícios de excessividade dos valores unitários ofertados, será instaurada diligência para que o Licitante ofertante da melhor proposta possa, no prazo fixado pelo Pregoeiro:

a) Apresentar justificativas para os valores ofertados e/ou os documentos que comprovem a razoabilidade dos valores ofertados; ou

b) Reduzir os valores unitários que tenham apresentado indícios de excessividade, apresentando a proposta readequada e, se for o caso, as justificativas para os ajustes realizados.

6.15.3. Os documentos apresentados pelo Licitante ofertante da melhor proposta, a título de ajuste dos valores ofertados ou de comprovação de sua exequibilidade ou não-excessividade, serão encaminhados para análise da Equipe Técnica do Setor Competente da Prefeitura Municipal de Fernandópolis afim de que possa emitir o competente parecer.

6.16. Recusada a proposta, o Pregoeiro convocará o próximo colocado, observadas as disposições relativas ao direito de preferência previstas neste Edital.

6.17. Aceita a proposta ou adotada a opção prevista no subitem 6.14.1, o Pregoeiro passará à análise de habilitação, por intermédio da apreciação das informações previamente encaminhadas pelo Licitante.

7. DA HABILITAÇÃO

7.1. Para que seja habilitado, o Licitante deverá atender a todas as exigências abaixo listadas e as previstas no subitem 7.3 deste Edital:

7.1.1.Habilitação Jurídica:

a) Instrumento Particular de Mandato (Procuração) com firma reconhecida em cartório, ou Instrumento Público de Mandato, outorgando expressamente poderes para a prática de todos os atos pertinentes à licitação, nos casos em que o Licitante for representado por Procurador;
b) No caso de:
b.1. Sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada: Ato Constitutivo em vigor, devidamente registrado no registro competente, com sua(s) respectiva(s) alteração(ões), ou a sua última consolidação, acompanhado do documento comprobatório de seus administradores devidamente registrado;
b.2. Sociedade simples: Ato Constitutivo em vigor, devidamente registrado no registro competente, com sua(s) respectiva(s) alteração(ões), ou a sua última consolidação, bem como documento que comprove a indicação de seus administradores;
b.3. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
b.4. Microempreendedor individual: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
b.5. Microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte;
c) Regularidade Fiscal e Trabalhista:
c.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
c.2. Prova de regularidade para com os Tributos do Município na qual se encontra sediada a empresa licitante.
c.3. Prova de regularidade para com o Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS;
c.4. Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
c.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede do licitante, ou outra prova equivalente na forma da Lei, devendo abranger os débitos inscritos em dívida ativa;
c.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal;
c.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do inciso V, do art. 29 da Lei Federal nº 8.666/93;
c.8. Será aceita a apresentação de "Certidão Positiva Com Efeito Negativa", com os mesmos efeitos da Certidão Negativa, em qualquer dos casos supracitados.
d) As Certidões, cujo prazo de validade tenha expirado antes da data do encerramento desta licitação, deverão ser atualizadas e anexadas ao Certificado, devendo uma cópia destas ser encaminhada ao Setor de Cadastro para a atualização do Certificado.

7.1.2. Qualificação Econômico-Financeira:
a) Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovado através de publicação ou cópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e Encerramento, estando devidamente registrados em seus órgãos de competência, que comprovem a boa situação financeira da empresa, com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o objeto licitado.

a.1. Quando a empresa licitante for constituída por prazo inferior a um ano, o balanço anual será substituído por balanço parcial (provisório ou balancetes) e demonstrações contábeis relativas ao período de seu funcionamento.

a2. De acordo com o Decreto Federal n° 8.538/2015, art. 3º, na habilitação em licitações para o fornecimento de bens para pronta entrega ou para a locação de materiais, não será exigida da microempresa ou da empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social e dos Índices Financeiros.

b) Demonstrativo de Índices Financeiros, em papel timbrado da empresa, extraídos do balanço apresentado, para fins de análise das condições financeiras da licitante. Os Índices serão apresentados em números inteiros e de até 02 (duas) casas decimais após a vírgula com arredondamento:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}} \geq 1{,}00$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1{,}00$$

$$GE = \frac{\text{Passivo Circulante + Exigível e M Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}} \leq 0{,}50$$

b1. Os resultados isolados das duas primeiras operações (Liquidez Geral - LG e Liquidez Corrente - LC), deverão ser maiores ou iguais a 1,00 (≥ 1,00), enquanto que o resultado isolado da operação Grau de Endividamento - GE, deverá ser menor ou igual a 0,50 (≤ 0,50).

b.2. Os índices de LG, LC e GE são os usuais desta municipalidade, conforme despacho da autoridade competente exauridos nos autos do processo.

c) Comprovação de patrimônio líquido mínimo de até 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação, para os licitantes que não conseguirem atingir os índices financeiros do item 7.1.2 "b".

7.1.3. Qualificação Técnica:

a) Apresentar, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica em nome da licitante, pessoa jurídica, e fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão da licitante do fornecimento do objeto pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

a.1. O(s) atestado(s) devera(ão) conter, além do nome do atestante, endereço e telefone da pessoa jurídica, ou qualquer outra forma de que a Prefeitura Municipal de Fernandópolis possa valer-se para manter contato com a empresa declarante.

a.2. A Prefeitura Municipal de Fernandópolis se reserva o direito de realizar diligências para comprovar a veracidade dos atestados, podendo requisitar cópias dos respectivos contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado.

7.2. Os documentos comprobatórios do atendimento às exigências previstas no subitem 7.1 que não estejam abrangidos pelo SICAF deverão ser encaminhados pelo Licitante, quando do cadastramento de sua proposta, na forma do item 3 deste Edital.
7.3. O Pregoeiro analisará a documentação apresentada, verificando o atendimento às exigências deste Edital e de seus Anexos, notadamente as constantes de seu item 4.2. que poderão ser confirmadas em cadastros oficiais de empresas punidas ou sancionadas. Para fins de julgamento da habilitação poderão ser consultados outros sítios da Internet, principalmente sítios oficiais emissores de certidões.
7.3.1. As certidões que não possuírem prazo de validade somente serão aceitas se as respectivas datas de emissão não excederem a 90 (noventa) dias de antecedência da data de sua apresentação.
7.3.2. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da decisão do Pregoeiro que declarar o Licitante vencedor da licitação, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, sob pena de inabilitação.
7.3.3. Caso sejam necessários documentos complementares para o julgamento da habilitação, estes deverão ser encaminhados exclusivamente via sistema, dentro do prazo definido pelo Pregoeiro, que não será inferior a 2 (duas) horas.
7.4. Se o Licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro convocará o próximo colocado, observadas as disposições relativas ao direito de preferência previstas neste Edital.
7.5. Constatado o atendimento de todos os requisitos de habilitação e verificando-se a aceitabilidade da proposta, o Licitante será declarado vencedor do certame, abrindo-se prazo para que os Licitantes possam, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão deste direito.
7.5.1. Admitida pelo Pregoeiro a intenção de recurso, será concedido, ao Licitante que tenha manifestado tal intenção, o prazo de até 3 (três) dias úteis, para apresentar, pelo Portal de Compras do Governo Federal, as razões recursais, ficando os demais Licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo para a apresentação das razões recursais.
7.5.2. A vista dos autos do processo desta licitação, bem como a extração de cópias de documentos deverá ser solicitada na Secretaria Municipal de Gestão, no setor de Compras e Licitações, sito à Rua Porto Alegre, n° 350, Jd. Santa Rita, Fernandópolis/SP, mediante protocolo.
7.5.3. O Pregoeiro poderá reconsiderar sua decisão ou mantê-la. Neste último caso, o Pregoeiro deverá submeter o recurso, devidamente informado, à apreciação da Autoridade Superior.
7.5.4. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
7.5.5.A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante de seu desejo de recorrer importará decadência do direito de recurso.
7.5.6. Não serão passíveis de apreciação os motivos expostos em memoriais que não tenham sido alegados no ato da manifestação em Sessão Pública de Pregão.

7.5.7. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada na intenção de interpor o recurso pelo proponente.
7.5.8. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
7.5.9. O Pregoeiro poderá sugerir, ainda, a anulação e revogação do procedimento, o que será devidamente decidido pelo Excelentíssimo senhor Prefeito Municipal.
7.6. A sessão pública somente será encerrada depois de declarado o vencedor e transcorrido o prazo para manifestação de intenção de recorrer. Não havendo registro de intenção de recurso, o objeto da licitação poderá ser adjudicado ao Licitante vencedor.

8. DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

8.1. Definido o Licitante vencedor, o objeto licitado lhe será adjudicado, estando à licitação sujeita à homologação pela Autoridade Competente, que analisará a conveniência e a oportunidade da contratação, bem como a legalidade dos atos praticados.

9. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

9.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
9.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

10. DO CONTRATO

10.1. Com fundamento nas disposições da Lei Federal nº. 8.666/93 em seu artigo 40, Inciso II, alterações atualizadas pelas Leis nº. 8.883/94, 9.032/95, 9.648/98, demais leis aplicáveis o prazo para o(s) licitante(s) vencedor (es) assinarem o(s) contrato(s) será (ão) de até 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação expedida pelo Município de Fernandópolis. O presente prazo poderá ser prorrogado a critério de Administração.
10.2. O prazo contratual será de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado a critério da Administração.
10.3. Em se tratando de prestação de serviços, os preços ofertados pela CONTRATADA somente serão reajustados em periodicidade anual, a contar da data da proposta ou do orçamento a que ela se referir, através da aplicação do índice INPC/IBGE.
10.4. Em se tratando de fornecimento de materiais decorrente de aquisições pela Administração, não será concedido reajuste nos preços contratados.
10.5. A empresa vencedora ficará advertida da obrigação de:
10.5.1. Imprimir 02 (DUAS) vias do Contrato.
10.5.2. Imprimir 01 (uma) via do Termo de Ciência e Notificação.
10.5.3. Conforme o Art. 2º das Instruções nº01/2020 - **CadTCESP**: o preposto deverá enviar junto com o Contrato Administrativo a declaração de autorização cadastral junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.
10.5.4. Assinar todas as páginas, sendo expressamente proibido imprimir frente/verso.

10.5.5. Enviar as documentações em no máximo 03 (três) dias úteis pelo correio por Sedex com AR.
10.6. Será solicitado ao Licitante vencedor que atualize as certidões exigidas na fase de habilitação, se o prazo de validade expirar durante o curso da licitação.
10.7. No ato da assinatura do contrato, caso a empresa vencedora tenha sede no município de Fernandópolis, a mesma deverá apresentar cópia atualizada da Ficha Cadastral do Mobiliário desta municipalidade.
10.8.A recusa injustificada em assinar o instrumento no prazo acima, caracterizará descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se a empresa à multa prevista no item 14.1.2 deste edital, bem como as penalidades dos artigos 81e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93.

11. DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

11.1. Os bens serão entregues**, conforme Anexo IV (Termo de Referência).**
11.2. Os materiais/serviços serão entregues/prestados conforme marca, tipo, qualidade, medidas e dimensões especificadas na proposta e acompanhadas das respectivas Notas Fiscais e Termos de Garantia.
11.3. A garantia dos produtos/materiais cotados será de **acordo com o Termo de Referência** e de acordo com a legislação pátria vigente.
11.4. Ficarão a cargo do vencedor do item do certame as despesas com seguros, transporte, carga, descarga, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto desta licitação.
11.5. Por ocasião da entrega, a contratada deverá colher no comprovante respectivo, a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do registro geral (RG), do servidor da contratante responsável pelo recebimento.
11.6. Constatadas irregularidades no objeto contratual, a contratante poderá:
11.6.1. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação.
11.6.1.1. Na hipótese de substituição, a contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da administração, no prazo máximo de 03 (três) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.
11.6.2. Se disser respeito a diferença de quantidade ou de partes, a contratante poderá determinar sua complementação ou rescindir a contratação.
11.6.2.1. Na hipótese de complementação, a contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da contratante, no prazo máximo de 03 (três) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

12. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

12.1. O objeto da presente licitação será recebido na data de sua entrega, conforme item 11 e Anexo IV (Termo de Referência) deste Edital, pela Comissão ou Responsável designado para tanto.
12.1.1. Havendo rejeição dos materiais, no todo ou em parte, o licitante vencedor deverá substituí-los no prazo estabelecido formalmente pela Administração, observando as condições estabelecidas

para o fornecimento, sob pena de lhe serem aplicadas às sanções administrativas estabelecidas pelas Leis Federais nº 10.520/2002, Decreto n° 10.024/2019 e Lei n° 8.666/1993, e suas alterações.

13. DO PAGAMENTO

13.1. Condições de pagamento em até 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal eletrônica/fatura, sendo o pagamento condicionado a efetivação da transferência do veículo para o município.

13.2.O Município de Fernandópolis pagará pelos materiais/produtos os preços unitários constantes da planilha da vencedora, em Real, multiplicados pelas quantidades efetivamente entregues e aferidas.

13.3. As notas fiscais/faturas serão obrigatoriamente instruídas, contendo todas as discriminações necessárias, devendo ser atestadas pelo órgão recebedor, que encaminhará as mesmas à Seção Financeira.

13.4. As Notas Fiscais Eletrônicas/Faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas ao licitante vencedor para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem acima começará a fluir a partir da data de apresentação da Nota Fiscal/Fatura sem imperfeições.

13.5. A devolução da nota fiscal eletrônica não aprovada em hipótese alguma servirá de pretexto para que a contratada suspenda quaisquer fornecimentos.

13.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a licitante vencedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela Prefeitura Municipal de Fernandópolis, entre data base constante da cláusula 13.1 e ao correspondente efetivo adimplemento da parcela, serão calculados pelo IPCA-E, índice este fornecido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no período de inadimplência.

13.6.1. O critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento serão calculados com base no IPCA-E.

13.7. Não se aplicará a regra prevista no item 13.6, quando se tratar de pagamento que dependa de autorização por agente financeiro (convênios), situação em que o prazo constante na cláusula 13.1 terá início a partir da solicitação do pagamento junto à Instituição.

14. DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

14.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e autárquica do Município de Fernandópolis e será descredenciada do SICAF, pelo prazo de até 02 (dois) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer dos atos previstos no artigo 49, do Decreto Federal nº. 10.024, de 20 de setembro de 2019, também sujeitará o licitante às penalidades e sanções previstas na Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, ainda, as sanções por inadimplemento obedecem ao disposto no art. 86 a 88 da Lei 8.666/93 e art. 7º da Lei 10.520/02, pelo não cumprimento de quaisquer das exigências.

14.1.1. Multa de 20% (vinte por cento), por dia de atraso, até o trigésimo dia, para a entrega dos materiais/produtos, incidente sobre a quantidade que deveria ser entregue, contado a partir da solicitação de entrega de materiais/produto, limitados à 30 (trinta) dias.

14.1.2. Multa de 40% (quarenta por cento) sobre o valor do fornecimento, quando decorridos 30 (trinta) dias ou mais de atraso, ou por descumprimento total ou parcial do contrato.
14.2. As multas de que tratam os subitens anteriores somente poderão ser relevadas quando os fatos geradores das penalidades decorram de caso fortuito ou força maior, que independa da vontade do licitante e, quando aceitos, justifiquem o atraso.
14.3. Antes da aplicação das sanções de que tratam os subitens anteriores, será expedida uma notificação para que o fornecedor apresente justificativa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da mesma, visando assegurar o direito à ampla defesa, disposto no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal.
14.4. As sanções de que tratam os subitens anteriores poderão ser aplicadas nos casos de descumprimento de prazo, sendo que serão registradas nos sistemas mantidos pela administração autárquica.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do presente Edital até 3 (três) dias úteis anteriores à data de abertura da sessão pública.
15.1.1. A impugnação deverá ser encaminhada à Secretaria Municipal de Gestão ao Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Fernandópolis-SP, pelo e-mail *compras@fernandopolis.sp.gov.br*, devendo ser informado, no campo "assunto", a modalidade e o número da licitação (Pregão Eletrônico Nº 013/2023), ou via correspondência na Rua Porto Alegre, n° 350, Jd. Santa Rita, Fernandópolis/SP.
15.1.2. Caberá ao Pregoeiro julgar a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis.
15.1.3. A ata de julgamento de impugnação será divulgada no Portal de Compras do Governo Federal (*www.comprasgovernamentais.gov.br*) e no endereço eletrônico *fernandopolis.sp.gov.br*, para ciência de todos os interessados.
15.1.4. Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.
15.2. A Prefeitura Municipal de Fernandópolis-SP reserva-se o direito de alterar os termos deste Edital. A alteração que afetar a formulação das propostas implicará a reabertura do prazo para a apresentação das mesmas.
15.3. É facultada ao Pregoeiro, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência a ser registrada em ata, com a finalidade de esclarecer ou complementar a instrução do processo. Em caso de suspensão da sessão pública de licitação, esta só poderá ser retomada mediante aviso prévio no Sistema, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.
15.4. A qualquer tempo, a Prefeitura Municipal de Fernandópolis-SP poderá negociar com o Licitante, com o fim de obter proposta mais vantajosa.
15.5. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas visando à ampliação da disputa entre os Licitantes, à obtenção da proposta mais vantajosa, desde que não comprometam os interesses da Prefeitura Municipal de Fernandópolis-SP, bem como à finalidade e à segurança da contratação.
15.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e em seus Anexos observar-se-á o que segue:

a) Excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento;
b) Os prazos somente serão iniciados e vencidos em dias de expediente da Prefeitura Municipal de Fernandópolis-SP.
15.7. Na ocorrência de qualquer fato superveniente ou na hipótese de caso fortuito ou de força maior será observado o seguinte:
a) Se o fato impedir a realização de sessão pública na data marcada, a referida sessão será adiada;
b) Os prazos que estiverem em curso serão suspensos, voltando a correr assim que a situação estiver normalizada.
15.8. O andamento da licitação poderá ser acompanhado por qualquer interessado no Portal de Compras do Governo Federal (*www.comprasgovernamentais.gov.br*) e no endereço eletrônico *fernandopolis.sp.gov.br*.
15.9. Fica dispensada a caução.
15.10. O resultado deste certame será divulgado nas Imprensas Oficiais, Portal de Compras do Governo Federal (*www.comprasgovernamentais.gov.br*) e no endereço eletrônico *fernandopolis.sp.gov.br*, para ciência de todos os interessados.
15.11. A publicidade dos demais atos pertinentes a esta licitação e passíveis de divulgação, será efetuada mediante publicação na Imprensa Oficial do Município de Fernandópolis-SP, Portal de Compras do Governo Federal (*www.comprasgovernamentais.gov.br*) e no endereço eletrônico *fernandopolis.sp.gov.br*.
15.12. Iniciada a Sessão Pública, os casos omissos do presente Edital de Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro.
15.13. Integram o presente Edital:
a) ANEXO I - Modelo Referencial de Instrumento Particular de Procuração.
b) ANEXO II - Minuta do Contrato.
c) ANEXO III - Modelo Padrão de Proposta Comercial - (Sugestão).
d) ANEXO IV - Lista de Produtos - Termo de Referência.
15.14. Esta licitação será regida pela Lei Federal 10.520, de 19 de julho de 2002, pelo Decreto nº. 10.024, de 20 de setembro de 2019 e, subsidiariamente e no que couber pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, sendo o Pregoeiro a autoridade soberana para resolver todas e quaisquer pendências surgidas na Sessão Pública deste Pregão.
15.15. A Prefeitura Municipal de Fernandópolis-SP reserva-se o direito de revogar, anular, adquirir no todo ou em parte, quando for o caso, ou rejeitar todas as propostas, no caso de ilegalidade ou desde que justificadamente haja conveniência administrativa para o caso, em prol do interesse público, sem que caiba qualquer direito à reclamação e/ou indenização a favor das proponentes.
15.16. A adjudicação dos itens do objeto deste edital ao(s) licitante(s) vencedor (es) o(s) obriga(m) ao fornecimento integral do(s) mesmo(s), nas condições oferecidas, não lhe(s) cabendo direito a qualquer ressarcimento por despesas decorrentes de custos não previstos em sua(s) proposta(s), quer seja por erro ou omissão.
15.17. A participação nesta licitação implica o conhecimento e a aceitação das condições ora discorridas, bem como de todas as disposições legais que, direta ou indiretamente, venham a incidir sopre o presente procedimento.

15.18. Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta licitação e não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca do Município de Fernandópolis-SP, Estado de São Paulo, nos termos da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.
15.19. Todos os horários constantes deste Edital têm como referência o horário de Brasília/DF.
15.20. Para conhecimento público, expede-se o presente Edital, publicado por "AVISO DE LICITAÇÃO", na imprensa local, divulgado no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Fernandópolis-SP, Portal de Compras do Governo Federal (www.comprasgovernamentais.gov.br) e afixado, em seu inteiro teor, em lugar de costume e amplo acesso ao público.
15.21. Quando o descritivo contiver **MARCA** deverá a mesma ser considerada como referência e não como obrigatoriedade.

Fernandópolis/SP, 20 de março de 2023.

- ANDRÉ GIOVANNI PESSUTO CÂNDIDO -
Prefeito Municipal de Fernandópolis

ANEXO I

MODELO REFERENCIAL DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE PROCURAÇÃO

- PROCURAÇÃO -

A (nome da pessoa jurídica), CNPJ nº....., com sede na ..... nº...., bairro....., na cidade de ....., Estado de....., através de seu representante legal infra assinado, nomeia e constitui seu bastante procurador o (a) Senhor (a)....., portador (a) da cédula de identidade RG nº....., expedida pela....., UF....., outorgando-lhe plenos poderes para representá-la na Sessão Pública do Pregão Eletrônico Nº 013/2023, Processo Nº 040/2023, junto à Prefeitura Municipal de Fernandópolis-SP, em especial para formular lances, interpor recursos e/ou deles desistir, negociar, assinar contratos e efetuar as providências necessárias para que a outorgante mantenha-se satisfatoriamente neste procedimento.

Nome da cidade/UF., (dia) de (mês) de 2022.

(assinatura)
(Nome do representante legal da empresa proponente)

Obs. Este documento deverá ser preenchido em papel timbrado da empresa proponente e assinado pelo(s) seu(s) representante(s) legal (is) e/ou procurador (es) devidamente habilitado(s).

ANEXO II

CONTRATO PARA à "**AQUISIÇÃO DE VIATURA - VEÍCULO TIO PICK-UP ZERO KM, PARA TRANSPORTE DE PESSOAS E CARGAS, PARA USO DO CORPO DE BOMBEIROS DO MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS-SP".**

Nº. __/2023

Por este instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS, entidade de Direito Público Interno, sediada à Rua Porto Alegre nº 350, Jardim Santa Rita, nesta cidade de Fernandópolis-SP., CNPJ 47.842.836/0001-05, neste ato, representada por sua Prefeito Municipal, senhor ANDRÉ GIOVANNI PESSUTO CÂNDIDO, doravante denominada simplesmente de "CONTRATANTE" e, de outro lado à empresa _____., com sede em _____., à Rua/Av. _____, nº. _____, Bairro _____, CNPJ _____, Inscrição Estadual _____, neste ato, representada pelo senhor (a) _____, doravante denominada simplesmente de "CONTRATADA", tem entre si justo e contratado, nos moldes e demais disposições da Lei Federal nº. 10.520 de 19 de julho de 2002, o Decreto nº. 10.024 de 20 de setembro de 2019 e, subsidiariamente e no que couberem, as disposições contidas na Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, a ser regidos pelos mencionados diplomas legais e demais leis aplicáveis, bem como pelo edital que regulou o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2023, PROCESSO Nº 040/2023**, que para todos os fins e efeitos legais passam a fazer parte integrante do presente contrato, o quanto segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: **DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem por objeto a à "**AQUISIÇÃO DE VIATURA - VEÍCULO TIO PICK-UP ZERO KM, PARA TRANSPORTE DE PESSOAS E CARGAS, PARA USO DO CORPO DE BOMBEIROS DO MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS-SP",** conforme edital e proposta apresentada que, para todos os fins e efeitos legais, passam a fazer parte integrante deste contrato.

1.1.1. O veículo deverá estar registrado perante os órgãos de trânsito competentes em nome da ***licitante/contratada, na hipótese de se tratar de revendedora não pertencente ao grupo econômico da fabricante ou da anterior revendedora.***

1.1.2. Para conclusão ***da transferência e do registro do veículo em nome do Município de Fernandópolis***, a licitante/contratada é obrigada a adotar todas as providências necessárias perante os órgãos de trânsito competentes e, se o caso, perante os alienantes de quem adquiriu o veículo.

CLÁUSULA SEGUNDA: **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

2.1. Para atender as despesas decorrentes desta licitação, foi aprovado no orçamento para o exercício de 2023, as necessárias dotações orçamentárias:

020.302 – FUNDO ESPECIAL DO CORPO DE BOMBEIROS

06.182.0002.2076 – MANUTENÇÃO CORPO DE BOMBEIROS
4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente.

CLÁUSULA TERCEIRA: A Contratada receberá da Contratante conforme discriminado no Edital.
3.1. Fica designado como Gestor deste contrato o servidor _____, RG: _____, CPF: _____, para acompanhar a entrega/execução dos materiais/serviços.

CLÁUSULA QUARTA: **DO VALOR DO CONTRATO**
4.1. O valor total do contrato é de R$ _____(_____), conforme itens abaixo discriminados:-

ITENS	ITEM	UND	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	MARCA	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL

CLÁUSULA QUINTA: **DO PAGAMENTO**
5.1. Os pagamentos serão efetuados, conforme item 13 do Edital, mediante crédito no Banco nº. ____ (_____), Agência Bancária nº. ____ (_____), na Conta Corrente nº. _____ de titularidade da(s) empresa(s) vencedora(s). Para todos os fins, o recibo de depósito será considerado como prova de quitação.
5.2. Condições de pagamento em até 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal eletrônica/fatura, sendo o pagamento condicionado a efetivação da transferência do veículo para o município.
5.3.O Município de Fernandópolis pagará pelos materiais/produtos os preços unitários constantes da planilha da vencedora, em real, multiplicados pelas quantidades efetivamente entregues e aferidas.
5.4. As notas fiscais/faturas serão obrigatoriamente instruídas, contendo todas as discriminações necessárias, devendo ser atestadas pelo órgão recebedor, que encaminhará as mesmas à Seção Financeira.
5.5. As Notas Fiscais/Faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas ao licitante vencedor para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem acima começará a fluir a partir da data de apresentação da Nota Fiscal/Fatura sem imperfeições.
5.6. A devolução da nota fiscal não aprovada em hipótese alguma servirá de pretexto para que a contratada suspenda quaisquer fornecimentos.

CLAUSULA SEXTA: DA ENTREGA DOS MATERIAIS/PRODUTOS:

AVENIDA BRASILIA, 555 – CORPO DE BOMBEIROS

6.1. Os bens serão entregues**, conforme Anexo IV (Termo de Referência).**
6.2. Os materiais serão entregues conforme marca, tipo, qualidade, medidas e dimensões especificadas na proposta e acompanhadas das respectivas Notas Fiscais e Termos de Garantia.

6.3. Ficarão a cargo do vencedor dos itens do certame as despesas com seguros, entrega, transporte, carga, descarga, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto desta licitação.

CLAUSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

7.1. O objeto da presente licitação será recebido na data de sua entrega, conforme item 11 do Edital, pela Comissão ou Responsável designado para tanto.

7.1.1. Havendo rejeição dos materiais, no todo ou em parte, o licitante vencedor deverá substituí-los no prazo estabelecido formalmente pela Administração, observando as condições estabelecidas para o fornecimento, sob pena de lhe serem aplicadas às sanções administrativas estabelecidas pelas Leis Federais nºs 10.520/2002 e 8.666/1993, e suas alterações.

CLAUSULA OITAVA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

8.1. DE __/__/____ ATÉ __/__/____, podendo ser prorrogado a critério da Administração.

CLÁUSULA NONA: REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

9.1. A concessão de reequilíbrio econômico-financeiro através da revisão é condicionada à exaustiva e analítica demonstração, pelas fornecedoras, da ocorrência de álea econômica extraordinária e extracontratual decorrente da superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, na forma do art. 65, II, "d", da Lei 8.666/93.

9.2. Nos pedidos de revisão de preços, é obrigação da contratada demonstrar que no valor resultante da revisão foi considerada a diferença percentual entre o preço de referência fixado pela Administração e a proposta por ela ofertada, sendo dever do gestor do contrato certificar e atestar, em parecer técnico de natureza econômico-financeira, a observância da providência pela primeira, bem como:

9.2.1. Atestar a ocorrência, superveniência, origem e imprevisibilidade dos fatos, eventos e efeitos ensejadores do alegado desequilíbrio;

9.2.2. Dimensionar e estimar da forma mais analítica e robusta possível a dimensão do impacto dos fatos alegados sobre as obrigações fixadas no contrato, categorizando de forma conclusiva no sentido da extraordinariedade da variação de preços alegado pela contratada.

9.3. Os pedidos de revisão não poderão superar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total do contrato, nem o valor da segunda proposta melhor classificada.

9.4. Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro não suspendem a execução dos contratos, e, eventual recomposição de valores em favor das contratadas devem, preferencialmente, ser pagos a título indenizatório, após análise e aprovação do Prefeito Municipal.

9.4.1. A suspensão ou interrupção da execução dos contratos, durante a análise dos pedidos de revisão, sem expressa concordância do gestor do contrato, ensejará a aplicação das sanções previstas no instrumento convocatório e no contrato.

9.5. Em se tratando de prestação de serviços, os preços ofertados pela CONTRATADA somente serão reajustados em periodicidade anual, a contar da data da proposta ou do orçamento a que ela se referir, através da aplicação do índice INPC/IBGE.
9.6. Em se tratando de fornecimento de materiais decorrente de aquisições pela Administração, não será concedido reajuste nos preços contratados.

CLAUSULA DÉCIMA: **DA ASSINATURA DO CONTRATO**
10.1. Com fundamento nas disposições da Lei Federal nº. 8.666/93 em seu artigo 40, Inciso II, alterações atualizadas pelas Leis nº. 8.883/94, 9.032/95, 9.648/98, demais leis aplicáveis o prazo para o(s) licitante(s) vencedor (es) assinarem o(s) contrato(s) será (ão) de até 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação expedida pelo Município de Fernandópolis. O presente prazo poderá ser prorrogado a critério de Administração.
10.2. Conforme o Art. 2º das Instruções nº01/2020 - **CadTCESP**: o preposto deverá enviar junto com o Contrato Administrativo a declaração de autorização cadastral junto ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: **DA ENTREGA**
11.1. Os bens deverão ser entregues conforme Termo de Referência (Anexo IV).
11.2. Ficarão a cargo do contratado as despesas com seguros, entrega, transporte, carga, descarga, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto desta licitação

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: **DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO**
12.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e autárquica do Município de Fernandópolis e será descredenciada do SICAF, pelo prazo de até 02 (dois) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer dos atos previstos no artigo 49, do Decreto Federal nº. 10.024, de 20 de setembro de 2019, também sujeitará o licitante às penalidades e sanções previstas na Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, ainda, as sanções por inadimplemento obedecem ao disposto no art. 86 a 88 da Lei 8.666/93 e art. 7º da Lei 10.520/02, pelo não cumprimento de quaisquer das exigências.
12.1.1. Multa de 20% (vinte por cento), por dia de atraso, até o trigésimo dia, para início da prestação dos serviços, incidente sobre a quantidade que deveria ser prestada, contado a partir da solicitação da Secretaria Solicitante, limitados à 30 (trinta) dias.
12.1.2. Multa de 40% (quarenta por cento) sobre o valor do fornecimento, quando decorridos 30 (trinta) dias ou mais de atraso, ou por descumprimento total ou parcial do contrato.
12.2. As multas de que tratam os subitens anteriores somente poderão ser relevadas quando os fatos geradores das penalidades decorram de caso fortuito ou força maior, que independa da vontade do licitante e, quando aceitos, justifiquem o atraso.
12.3. Antes da aplicação das sanções de que tratam os subitens anteriores, será expedida uma notificação para que o fornecedor apresente justificativa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da mesma, visando assegurar o direito à ampla defesa, disposto no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal.

12.4. As sanções de que tratam os subitens anteriores poderão ser aplicadas nos casos de descumprimento de prazo, sendo que serão registradas nos sistemas mantidos pela administração autárquica.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO

13.1. No prazo de 20 (vinte) dias, a contar da assinatura do presente contrato, a CONTRATANTE providenciará a publicação de extrato pela imprensa, na forma da Lei.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA: DO FORO

14.1. Fica eleito o Fórum da Comarca de Fernandópolis, para dirimir quaisquer dúvidas do presente, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja. E, por estarem de acordo, firmam o presente em 03 (três) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Fernandópolis-SP, ___ de _____ de 2023.

ANDRÉ GIOVANNI PESSUTO CÂNDIDO
Prefeito Municipal

_____
Contratada

TESTEMUNHAS:- _____

_____

ANEXO III

MODELO PADRÃO DE PROPOSTA COMERCIAL - (SUGESTÃO).

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2023.
PROCESSO Nº 040/2023.

A empresa (RAZÃO SOCIAL), estabelecida a (ENDEREÇO), inscrita no CNPJ sob nº_____, TEL:(__)_____, E-MAIL:_____, pelo seu representante legal Sr./Sra. _____, CPF:_____, RG:_____, DATA DE NASCIMENTO: ___/___/_____, residente e domiciliado à: (END. RESIDENCIAL), se propõe a fornecer à Prefeitura Municipal de Fernandópolis, em estrito cumprimento ao previsto no edital de Pregão em epígrafe, o objeto nele descrito, conforme abaixo discriminado:

ITEM	UND	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	MARCA	QTE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL DO ITEM.....R$						

A proponente obriga-se a cumprir o prazo de entrega previsto no edital.
A validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da abertura da Sessão Pública de Pregão.

Dados bancários p/ pagamento:
Banco nº:
Agência:
Conta nº:

Nome da cidade/UF, (dia) de (mês) de 2022.

(assinatura)
(Nome do representante legal da empresa proponente)
R.G.:
Cargo

Obs. Este documento deverá ser preenchido em papel timbrado da empresa proponente e assinado pelo(s) seu(s) representante(s) legal (is) e/ou procurador (es) devidamente habilitado.

ANEXO IV
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. "AQUISIÇÃO DE VIATURA - VEÍCULO TIO PICK-UP ZERO KM, PARA TRANSPORTE DE PESSOAS E CARGAS, PARA USO DO CORPO DE BOMBEIROS DO MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS-SP".

1.1.1. O veículo deverá estar registrado perante os órgãos de trânsito competentes em nome da ***licitante/contratada, na hipótese de se tratar de revendedora não pertencente ao grupo econômico da fabricante ou da anterior revendedora.***

1.1.2. Para *conclusão da transferência e do registro do veículo em nome do Município de Fernandópolis*, a licitante/contratada é obrigada a adotar todas as providências necessárias perante os órgãos de trânsito competentes e, se o caso, perante os alienantes de quem adquiriu o veículo.

1.2. Valor estimado total de **R$204.500,00 (duzentos e quatro mil, quinhentos reais).**

1.3.O objeto deverá ser entregue em **até 60 (sessenta) dias**, após a solicitação do produto.

1.4. A garantia será de acordo com o discriminado no quadro abaixo ou de no mínimo 12 (doze) meses.

1.5. Os itens e seus quantitativos estão discriminados abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QTE	UNID.
1	VEÍCULO TIPO PIC-KUP ZERO KM VEÍCULO NOVO, DO TIPO "PICKUP", ZERO KM (QUILÔMETRO), CABINE DUPLA EM AÇO ORIGINAL DE FÁBRICA, FABRICAÇÃO NACIONAL, ANO/MODELO NÃO INFERIOR 2023/2023;DEVERÁ POSSUIR CAPACIDADE DE TRANSPORTE PARA 05 (CINCO) OCUPANTES, INCLUINDO O MOTORISTA04 (QUATRO) PORTAS LATERAIS E 01 (UMA) PARA A CAÇAMBA TRASEIRA; MOTOR POTÊNCIA MÍNIMA 148 CV POTÊNCIA MÁXIMA: 180 CV (CEM CAVALOS); TORQUE MÍNIMO: 13,5 KGF/M (TREZE INTEIROS E CINCO DÉCIMOS QUILOGRAMA FORÇA;MOVIDO À ÓLEO DIESEL OU HÍBRIDO (DIESEL/ELÉTRICO), COM RESERVATÓRIO DE COMBUSTÍVEL (TANQUE) COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 55 L (CINQUENTA E CINCO LITROS) ; DEVERÁ POSSUIR PROTETOR DE CÁRTER CONFECCIONADO EM CHAPA METÁLICA, INSTALADO DE FORMA A PROTEGER TODA A EXTENSÃO DO MOTOR; TRANSMISSÃO A TRANSMISSÃO DEVERÁ SER CVT OU AUTOMÁTICA (NÃO AUTOMATIZADA);	1	UND

	DIREÇÃO COM ASSISTÊNCIA HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, ORIGINAL DO FABRICANTE; TRAÇÃO: VEÍCULO 4X4 (QUATRO PONTOS DE APOIO POR QUATRO DE TRAÇÃO); SISTEMA DE ACOPLAMENTO SELECIONÁVEL ATRAVÉS DE CAIXA DE TRANSFERÊNCIA, COM POSSIBILIDADE DE TRABALHO DO VEÍCULO NOS MODOS 4X2 (QUATRO PONTOS DE APOIO POR DOIS DE TRAÇÃO), 4X4 (QUATRO PONTOS DE APOIO POR QUATRO DE TRAÇÃO) E 4X4 (QUATRO PONTOS DE APOIO POR QUATRO DE TRAÇÃO) REDUZIDO. SUSPENSÃO DIANTEIRA INDEPENDENTE, ORIGINAS DO FABRICANTE; SUSPENSÃO TRASEIRA ORIGINAL DO FABRICANTE. FREIOS: OS FREIOS DEVERÃO TER ACIONAMENTO HIDRÁULICO COM SERVO ASSISTÊNCIA, A DISCO NA DIANTEIRA E A DICO OU A TAMBOR NA TRASEIRA; DOTADOS NA ARTE DIANTEIRA COM DISCOS VENTILADOS COM SISTEMA ABS (ANTI-LOCKBRAKING SYSTEM) E EBD (ELECTRONICBRAKEDISTRIBUITION); RODAS E PNEUS: OS PNEUS DEVERÃO SER RADIAIS, NAS MEDIDAS INDICADAS PELO FABRICANTE DO VEÍCULO;AS RODAS PODERÃO SER EM AÇO ESTAMPADO OU LIGA LEVE, CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO FABRICANTE;TODAS AS RODAS DEVERÃO SER BALANCEADAS DINAMICAMENTE E COM MESMO DIÂMETRO DE RAIO, TIPO E MARCA;OS PNEUS DEVERÃO SER NOVOS, COM A DATA DE FABRICAÇÃO DO MESMO ANO QUE O VEÍCULO; DEVERÁ SER ENTREGUE JUNTAMENTE COM O VEÍCULO 01 (UMA) RODA E PNEU RESERVA (ESTEPE) COM AS MESMAS CARACTERÍSTICAS DOS DEMAIS PNEUS. SISTEMA DE AR CONDICIONADO: O VEÍCULO DEVERÁ POSSUIR UM SISTEMA DE AR CONDICIONADO ORIGINAL DO FABRICANTE; ESTE SISTEMA DEVERÁ MANTER O AR LIMPO E MANTER A TEMPERATURA INTERNA ENTRE 20 (VINTE) E 25 (VINTE E CINCO) ºC (GRAUS CELSIUS), QUANDO A TEMPERATURA EXTERNA ESTIVER ACIMA DESTA MARCA; OS COMPONENTES DO SISTEMA DEVERÃO SER FACILMENTE ACESSÍVEIS PARA A REALIZAÇÃO DE MANUTENÇÃO E TOTALMENTE INDEPENDENTES DO MOTORISTA; DEVERÁ POSSUIR UM		

	SISTEMA DE AR QUENTE COM DESEMBAÇADOR DE VIDRO. O VEÍCULO DEVERÁ POSSUIR VIDROS E TRAVAS ELÉTRICAS ORIGINAIS DO FABRICANTE; O VEÍCULO DEVERÁ POSSUIR SISTEMA DE RETENÇÃO POR MEIO DE BOLSAS DE AR INFLÁVEIS (AIRBAG), NO MÍNIMO, FRONTAL, PARA MOTORISTA E PASSAGEIRO. TODOS OS REVESTIMENTOS INTERNOS (EXCETO TETO) DEVERÃO SER NA COR PRETA OU CINZA COM TRATAMENTO IMPERMEABILIZANTE; TODOS OS BANCOS DEVERÃO SER ORIGINAIS DE FÁBRICA E APRESENTAR CAPAS SOBRESSALENTES, DE NO MÍNIMO, 02 MM (DOIS MILÍMETROS) DE ESPESSURA EM COR QUE HARMONIZE COM O REVESTIMENTO ORIGINAL DO VEÍCULO, DE COURO GENUÍNO E/OU NEOPRENE, REFORÇADOS NOS PONTOS DE MAIOR ATRITO, COM COSTURAS DUPLAS. DEVERÁ POSSUIR AO ALCANCE DO MOTORISTA FIXADOS NO CONSOLE/PAINEL/VOLANTE, OS SEGUINTES DISPOSITIVOS ELÉTRICOS-ELETRÔNICOS: INSTRUMENTOS E CONTROLES SONOROS VISUAIS, INDICADORES DE ADVERTÊNCIA, LUMINÁRIA FLEXÍVEL PARA CONSOLE, NO MÍNIMO 02 (DUAS) TOMADAS DE ENERGIA 12 V (DOZE VOLTS), HODÔMETRO DIGITAL (TOTAL E PARCIAL), COMPUTADOR DE BORDO OU QUADRO DE INSTRUMENTOS COM RELÓGIO DIGITAL E INDICADOR DE TEMPERATURA; CÂMERA DE RÉ; TECNOLOGIA DE COMUNICAÇÃO POR VIVA VOZ E BLUETOOTH; CENTRAL MULTIMÍDIA COM TOUCHSCREENE CONJUNTO DE ALTO FALANTES; LUZ DE ILUMINAÇÃO INTERNA COM TEMPORIZADOR; LUZ DE ILUMINAÇÃO DE CAÇAMBA. INDICADORES DE TRÂNSITO: DEVERÁ POSSUIR FARÓIS DE NEBLINA, BEM COMO TODOS OS INDICADORES OBRIGATÓRIOS, EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA DE TRÂNSITO. DEVERÁ POSSUIR UMA CENTRAL DE MULTIMÍDIACOM, NO MÍNIMO, AS SEGUINTES FUNÇÕES: ESPELHAMENTO DE DISPOSITIVOS PARA QR CODE, BLUETOOTH E/OU USB (UNIVERSAL SERIAL BUS); COMPATÍVEL COM SISTEMAS ANDROID E IOS; GPS (GLOBAL POSITIONING SYSTEM) COM SISTEMA		

	ATUALIZADO; CÂMERA DE RÉ E ENTRADA USB. COMPARTIMENTO DE BAGAGEM (CAÇAMBA): COMPARTIMENTO DE CARGA EM AÇO, ORIGINAL DO FABRICANTE; CAPACIDADE MÍNIMA DE CARGA ÚTIL: 680 (SEISCENTOS E OITENTAQUILOGRAMAS); REVESTIMENTO DE ASSOALHO E PONTOS DE FIXAÇÃO DE MATERIAIS; A CAÇAMBA DEVERÁ POSSUIR REVESTIMENTO ORIGINAL DO VEÍCULO; O REVESTIMENTOS DEVERÁ POSSUIR CALAFETAÇÃO NAS BORDAS EVITANDO A ENTRADA DE SUJEIRA E DETRITOS; A CAÇAMBA DEVERÁ POSSUIR, NO MÍNIMO, 06 (SEIS) PONTOS DE FIXAÇÃO PARA AMARRAÇÃO DE CARGA ORIGINAL DO VEÍCULO; CASO NÃO SEJA ORIGINAL DEVERÁ ATENDER AOS SEGUINTES REQUISITOS: NO MÍNIMO 06 (SEIS) GANCHOS EM AÇO CARBONO DE 05 MM (CINCO MILÍMETROS), OU SIMILAR, DE COR PRETA, PARA AMARRAÇÃO DE CARGA; TODOS OS ITENS DEVERÃO SER INSTALADOS CONFORME ORIENTAÇÕES DO FABRICANTE, COM FIXAÇÕES REM REALIZAR FURAÇÕES, EM PONTOS REFORÇADOS DO VEÍCULO. CAPOTA MARÍTIMA: DEVERÁ POSSUIR CAPOTA MARÍTIMA ORIGINAL DO VEÍCULO OU COM A SEGUINTES CARACTERÍSTICAS: LONA IMPERMEÁVEL, A BASE DE PVC, POLIÉSTER E ALGODÃO, NA COR PRETA, COM ESPESSURA DE, NO MÍNIMO, 0,7 MM (SETE DÉCIMOS DE MILÍMETROS) E GRAMATURA MÍNIMA DE 715 G/M2 (SETECENTOS E QUINZE GRAMAS POR METRO QUADRADO); ESTRUTURA EM ALUMÍNIO; ACABAMENTO LATERAL REFORÇADO E MALEÁVEL; POSSUIR BORRACHA DE VEDAÇÃO ENTRE A CAPOTA E A CAÇAMBA, BEM COMO 02 (DOIS) VARÕES PARA IMPEDIR QUE A ÁGUA FIQUE ACUMULADA SOBRE A CAPOTA; ABERTURA E FECHAMENTO TRASEIRO DO TIPO “SISTEMA TREK” OU SIMILAR EM ALUMÍNIO; ABERTURA E FECHAMENTO LATERAL “TIPO BAGUETE”, PODENDO SER FACILMENTE ENROLADO. BARRA LONGITUDINAL DE TETO: NO TETO DO VEÍCULO DEVERÁ SER INSTALADO UM CONJUNTO DE BARRAS LONGITUDINAIS ORIGINAIS DO VEÍCULO: CASO NÃO SEJA ORIGINAL DO VEÍCULO DEVERÁ TENDER AOS SEGUINTES REQUISITOS: FABRICADO EM AÇO CARBONO		

	E ALUMÍNIO DE ALTA RESISTÊNCIA; COM TRATAMENTO ANTICORROSIVO, DE COR PRETA, PARA SUPORTAR CARGA DE, NO MÍNIMO 45 (QUARENTA E CINCO) QUILOS; DEVERÃO SER INSTALADOS CONFORME ORIENTAÇÕES DO FABRICANTE E POSSUIR FIXAÇÃO SEM REALIZAR FURAÇÕES, EM PONTOS REFORÇADOS DO VEÍCULO. COMPARTIMENTAÇÃO COMPARTIMENTAÇÃO DE BAGAGEM (CAÇAMBA): COMPARTIMENTO DE CARGA EM AÇO, ORIGINAL DO FABRICANTE; CAPACIDADE DE CARGA ÚTIL MÍNIMA DE 680 KG (SEISCENTOS OITENTA QUILOGRAMAS); A CAÇAMBA DEVERÁ POSSUIR REVESTIMENTO ORIGINAL DO VEÍCULO. DIMENSÕES DO COMPARTIMENTO DE CARGA: COMPRIMENTO MÍNIMO:1320 MM (MIL TREZENTOS E VINTE MILÍMETROS); LARGURA MÍNIMA: 1470 MM (MIL QUATROCENTOS E SETENTA MILÍMETROS). INSTALAÇÃO ELÉTRICA: CARACTERÍSTICAS GERAIS: O SISTEMA ELÉTRICO/ELETRÔNICO DEVERÁ ESTAR DIMENSIONADO PARA O EMPREGO SIMULTÂNEO DE TODOS OS ITENS AQUI ESPECIFICADOS, COM A VIATURA PARADA OU EM MOVIMENTO, SEM RISCO DE SOBRECARGA NO ALTERNADOR, FIAÇÃO OU DISJUNTORES. BATERIAS E ALTERNADOR: A BATERIA ORIGINAL DEVERÁ SER CAPAZ DE SUPORTAR TODAS AS CARGAS DOS DISPOSITIVOS ELETRO/ELETRÔNICOS ORIGINAIS E AUXILIARES, DEVENDO POSSUIR AUTONOMIA PARA MANTER EM FUNCIONAMENTO OS DISPOSITIVOS LUMINOSOS DA VIATURA POR, NO MÍNIMO, 04 (QUATRO) HORAS; NO MOMENTO DA ENTREGA DO VEÍCULO E NOVAMENTE APÓS, O VEÍCULO DEVERÁ SER CAPAZ DE EFETUAR A PARTIDA APÓS 72 (SETENTA E DUAS) HORAS DESLIGADO; FIAÇÃO ELÉTRICA: PROTEÇÃO E ISOLAMENTO DA FIAÇÃO: TODAS AS ABERTURAS NA VIATURA DEVERÃO SER ADEQUADAMENTE CALAFETADAS PARA PASSAR A FIAÇÃO DE ACORDO COM A NORMA SAE1292; TODA A FIAÇÃO DEVERÁ SER DE ALTA RESISTÊNCIA, A FIM DE EVITAR OXIDAÇÃO E MOVIMENTOS QUE POSSAM		

	RESULTAR EM ATRITOS, APERTOS, PROTUBERÂNCIAS E DANOS; O ISOLAMENTO EM POLIETILENO TRANSVERSAL DEVERÁ ESTAR DE ACORDO COM A NORMA SAE J1127 E J1128; A FIAÇÃO DEVERÁ ESTAR EM CONFORMIDADE COM AS EXIGÊNCIAS DA NORMA SAE J1291 E SAE J1292;TODOS OS ITENS USADOS PARA PROTEGER OU FIXAR A FIAÇÃO DEVERÃO SER ADEQUADOS AO PROJETO E SEGUIR OS PADRÕES UTILIZADOS NA INDÚSTRIA AUTOMOTIVA; A FIAÇÃO DEVERÁ ESTAR PROTEGIDA CONTRA ÁGUA, INTEMPÉRIES E SUJEIRA POR BLINDAGEM TIPO ESPAGUETE; QUALQUER FIAÇÃO ESPECIAL DEVERÁ POSSUIR CODIFICAÇÃO DOS FIOS ATENDENDO AOS PADRÕES DEFINIDOS PELA NORMA ABNT 5410/2004; TODA A FIAÇÃO E CABOS NÃO PODERÃO SER INSTALADOS EM LOCAIS SUJEITOS A CORTES OU ONDE HAJA MOVIMENTAÇÃO E ARESTAS CORTANTES. PROTEÇÃO DO SISTEMA ELÉTRICO: TODOS OS CIRCUITOS ELÉTRICOS DEVERÃO SER PROTEGIDOS CONTRA DISPOSITIVOS ELETRÔNICOS DE PROTEÇÃO À CORRENTE, DE ACORDO COM A NORMA SAE J553 (DISJUNTORES AUTOMÁTICOS DE REARMARÃO), DEVENDO SER FACILMENTE ACESSÍVEIS PARA MANUTENÇÃO; OS DISPOSITIVOS DEVERÃO SER DE BAIXA VOLTAGEM E APROPRIADAMENTE CALCULADO PARA ATUAR CONTRA SOBRECARGA; A PROTEÇÃO DO SISTEMA DEVERÁ SER REALIZADA ATRAVÉS DA UTILIZAÇÃO DE FUSÍVEIS, DISJUNTORES, ELOS FUNDÍVEIS, OU DISPOSITIVOS SÓLIDOS EQUIVALENTES; OS ENCAIXES EXTERIORES DAS LÂMPADAS, CHAVES, DISPOSITIVOS ELETRÔNICOS E PEÇAS FIXAS DEVERÃO SER À PROVA DE CORROSÃO E DE INTEMPÉRIES. ENGATE PARA REBOQUE: O VEÍCULO DEVERÁ POSSUIR 01 (UM) DISPOSITIVO PARA ACOPLAMENTO MECÂNICO PARA REBOQUE (ENGATE) PRÓPRIOS PARA VEÍCULOS, COM RESPECTIVAS CONEXÕES ELÉTRICAS DE SINALIZAÇÃO, COM PTB DE 3.500 KG (TRÊS MIL E QUINHENTOS), EM CONFORMIDADE COM O PRECONIZADO PELA RESOLUÇÃO Nº 197 E ALTERAÇÕES DA RESOLUÇÃO Nº 234 DO CONTRAN. SUPRAMENCIONADO.		

	PINTURA: CARACTERÍSTICAS GERAIS DE PINTURA: A PINTURA EXTERNA DE TODO O VEÍCULO PODERÁ SER ORIGINAL. GARANTIA: A CABINE E O CHASSI DEVERÃO ESTAR COBERTOS POR UMA GARANTIA LIMITADA DE PINTURA DO FABRICANTE, VÁLIDA POR 05 (CINCO) ANOS A PARTIR DA DATA DE COMPRA. TINTA: TODO O VEÍCULO DEVERÁ SER PINTADO COM TINTA AUTOMOTIVA COMERCIALMENTE DISPONÍVEL DE ALTA QUALIDADE. TONALIDADES: OS PADRÕES DE COR E RESPECTIVOS CÓDIGOS ACEITOS PELO CORPO DE BOMBEIROS DEVERÃO SER OS SEGUINTES: 7.1.2.6.1.1. VERMELHO CANDYAPPLERED, CÓDIGO PARA REFERÊNCIA, EM POLIURETANO, FABRICANTE PPG, 1052 PE 11052060; 7.1.2.6.1.2. VERMELHO ALPINE, CÓDIGO PARA REFERÊNCIA, EM POLIURETANO, FABRICANTE BASF, MS 691125; 7.1.2.6.1.3. VERMELHO BARI, CÓDIGO PARA REFERÊNCIA, EM POLIURETANO, FABRICANTE DUPONT, M 3023; 7.1.2.6.1.4. VERMELHO PEPPER, CÓDIGO PARA REFERÊNCIA, EM POLIURETANO, FABRICANTE PPG 4154; 7.1.2.6.1.5. VERMELHO TORNADO, CÓDIGO PARA REFERÊNCIA, EM POLIURETANO PPG LY3D; 7.1.2.6.1.6. VERMELHO CHERRY RED, CÓDIGO PARA REFERÊNCIA, EM POLIURETANO, FABRICANTE GLASURIT, SAA 6030; 7.1.2.6.1.7. VERMELHO RUBYRED, “VERMELHO BOMBEIRO”, CÓDIGO PARA REFERÊNCIA RAL 3003. EXCEÇÕES ADMITIDAS: CASO NÃO SEJA APLICADA AS CORES HOMOLOGADAS PELO CBPMESP NOS PARÂMETROS ACIMA DESCRITOS, DEVERÁ SER APRESENTADA AMOSTRA EM MATERIAL CORRESPONDENTE AO DO VEÍCULO, CONTENDO O TIPO DE COR A SER APLICADA, SEU CÓDIGO DE REFERÊNCIA, SEU FABRICANTE, PARA QUE SEJA ANALISADA E SUBMETIDA À APROVAÇÃO DO CHEFE DO CSM/MOPB (CENTRO DE SUPRIMENTO E MANUTENÇÃO DO MATERIAL OPERACIONAL DE BOMBEIROS). EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA: EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS: 01 (UMA) CAIXA DE FERRAMENTAS NECESSÁRIAS PARA MANUTENÇÃO PRIMÁRIA DO VEÍCULO; 01 (UM) TRIÂNGULO DE SEGURANÇA. EXECUÇÃO DO PROJETO:		

	TRATAMENTO DE INCONFORMIDADES: CASO O VEÍCULO SEJA REPROVADO OU HAJA APONTAMENTOS, A CTER (COMISSÃO TÉCNICA ESPECIAL DE RECEBIMENTO) ARBITRARÁ UM PRAZO PARA A RESOLUÇÃO DAS INCONFORMIDADES, E NA DATA ACORDADA OCORRERÁ NOVA AVALIAÇÃO, CASO NECESSÁRIO; 26 O ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CTER NÃO DESQUALIFICA A CONTRATADA COMO ÚNICA E EXCLUSIVA RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO TOTAL DO OBJETO DO CONTRATO DE ACORDO COM ESTE TERMO DE REFERÊNCIA. CRLV, REGISTRO E EMPLACAMENTO: A CONTRATADA DEVERÁ PROVIDENCIAR E COMPROVAR A INSCRIÇÃO DO VEÍCULO A SER ENTREGUE JUNTO AO RENAVAM, OBSERVADOS OS NÚMEROS DOS CHASSIS, CATEGORIA, COMBUSTÍVEL, ANO, COR E DEMAIS CARACTERÍSTICAS DE CADA VEÍCULO, BEM COMO O ATENDIMENTO DAS EXIGÊNCIAS DO CTB (CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO) E DE TODAS AS RESOLUÇÕES QUE O COMPLEMENTAM; REALIZAR O PAGAMENTO DO SEGURO OBRIGATÓRIO, SE EXIGIDO POR LEI, REFERENTE AO ANO DA ENTREGA DO VEÍCULO, COMPRADO POR MEIO DE ENTREGA DE CÓPIA DO PAGAMENTO NA SEDE DO CSM/MOPB; PROVIDENCIAR O REGISTRO E TODA A REGULARIZAÇÃO DOCUMENTAL (1º EMPLACAMENTO, LICENCIAMENTO E OUTROS REQUERIDOS) DOS VEÍCULOS FORNECIDOS, JUNTO AO ÓRGÃO DE TRÂNSITO DO ESTADO DE SÃO PAULO; FORNECER AO CONTRATANTE OS IMPRESSOS DOS RESPECTIVOS CRV (CERTIFICADO DE REGISTRO VEICULAR) E CRLV (CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO) E DEMAIS LICENÇAS COM “QR CODE” OU OUTRAS DISPONIBILIZAÇÕES QUE A LEGISLAÇÃO PERMITIR; PROVIDENCIAR A AQUISIÇÃO E A FIXAÇÃO DO CONJUNTO DE IDENTIFICAÇÃO ALFANUMÉRICO (PLACAS) EM CADA UM DO VEÍCULO FORNECIDO, DE ACORDO COM O PADRÃO ESTABELECIDO PELO ÓRGÃO DE TRÂNSITO DO ESTADO GARANTIA DO VEÍCULO / PÓS-VENDAS: GARANTIA INTEGRAL DO VEÍCULO: A GARANTIA INTEGRAL DE TODO O VEÍCULO, DEVERÁ SER DE, NO MÍNIMO, 36		

	(TRINTA E SEIS) MESES, COM INÍCIO DE VIGÊNCIA A CONTAR DA DATA EFETIVA DE RECEBIMENTO PELA COMISSÃO LEGALMENTE NOMEADA PELO CORPO DE BOMBEIROS; O FABRICANTE DEVERÁ APRESENTAR CERTIFICADO DE GARANTIA CONTRA QUAISQUER DEFEITOS DE FABRICAÇÃO, PROJETO E MONTAGEM, SEM PREJUÍZO DAS DEMAIS GARANTIAS ESPECÍFICAS EXIGIDAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA; COBERTURA DA GARANTIA: O ÔNUS COM TODAS AS PEÇAS EVENTUALMENTE SUBSTITUÍDAS EM GARANTIA E OS RESPECTIVOS SERVIÇOS FICARÁ A CARGO DA CONTRATADA, BEM COMO OS RISCOS E DESPESAS PARA A SUA EXECUÇÃO, INCLUINDO AQUELES COMPREENDIDOS NO DESLOCAMENTO DO VEÍCULO ATÉ O ESTABELECIMENTO DA PROPONENTE VENCEDORA, CASO O SERVIÇO NÃO POSSA SER EXECUTADO NO MUNICÍPIO. CONCESSIONÁRIAS CREDENCIADAS: 27 A CONTRATADA DEVERÁ INDICAR UMA LISTA DE CONCESSIONÁRIAS INSTALADAS NO ESTADO DE SÃO PAULO, COM CAPACIDADE TÉCNICA LEGALMENTE COMPROVADA, PARA PROVER OS SERVIÇOS INCLUÍDOS NO TERMO DE GARANTIA. ASSISTÊNCIA TÉCNICA: PERÍODO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA: A ASSISTÊNCIA TÉCNICA DEVERÁ GARANTIR O FORNECIMENTO E REPOSIÇÃO DE PEÇAS, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS QUE COMPÕEM O VEÍCULO E SUAS ADAPTAÇÕES E EVENTUAIS ATUALIZAÇÕES DE SOFTWARES, PELO PERÍODO ININTERRUPTO DE 36 (TRINTA E SEIS) MESES, JÁ INCLUSO O PERÍODO NORMAL DA GARANTIA, CONTADOS A PARTIR DO RECEBIMENTO DEFINITIVO DO VEÍCULO. LOCAIS E CONDIÇÕES DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA: A ASSISTÊNCIA TÉCNICA DEVERÁ SER PRESTADA NO ESTADO DE SÃO PAULO, COM CAPACIDADE PARA REALIZAR DURANTE O PERÍODO DE GARANTIA, A MANUTENÇÃO DO VEÍCULO; CASO A CONTRATADA NÃO POSSUA ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO ESTADO DE SÃO PAULO, DEVERÁ ENVIAR EQUIPE VOLANTE ATÉ A SEDE DO DETENTOR DO VEÍCULO, ONDE O SERVIÇO SERÁ EXECUTADO, OU CONDUZIR O VEÍCULO ATÉ A		

	LOCALIDADE ONDE O SERVIÇO SERÁ PRESTADO, SENDO QUE A RESPONSABILIDADE E AS DESPESAS DE EMBALAGEM, SEGUROS, TRIBUTOS, ENCARGOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS, ALÉM DO TRANSPORTE, QUE, NESSE CASO, DEVERÁ SER REALIZADO EM VEÍCULO APROPRIADO (CAMINHÃO CEGONHA, PLATAFORMA, CARRETA OU GUINCHO PLATAFORMA), OCORRERÃO ÚNICA E EXCLUSIVAMENTE POR CONTA DA EMPRESA A SER CONTRATADA; DEVERÁ SER APRESENTADA 01 (UMA) LISTA DE ENDEREÇOS DAS ASSISTÊNCIAS TÉCNICAS DISPONÍVEIS, 01 (UM) CERTIFICADO DE GARANTIA ÚNICO, RECONHECIDO PELAS ASSISTÊNCIAS TÉCNICAS, QUE SERÁ UTILIZADO COMO INSTRUMENTO PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS NECESSÁRIOS, BEM COMO APRESENTAR 01 (UM) REPRESENTANTE RESPONSÁVEL POR DIRIMIR DÚVIDAS E PROBLEMAS DURANTE O PERÍODO. MANUTENÇÕES EM GARANTIA: DURANTE O PERÍODO DE GARANTIA, AS SUBSTITUIÇÕES DE PEÇAS, REPAROS, RODÍZIO DE PNEUS, OUTRAS CORREÇÕES NO VEÍCULO E RESPECTIVAS ADAPTAÇÕES, BEM COMO AS REVISÕES OBRIGATÓRIAS E NECESSÁRIAS PARA A MANUTENÇÃO DA GARANTIA, DETERMINADAS PELO FABRICANTE EM RAZÃO DA QUILOMETRAGEM OU TEMPO DE USO, TERÃO SUAS DESPESAS [PEÇAS, INSUMOS (ÓLEOS, FILTROS E FLUÍDOS) E MÃO DE OBRA] SUPORTADAS EXCLUSIVAMENTE PELA EMPRESA A SER CONTRATADA; NÃO SE APLICA AO ITEM ANTERIOR APENAS O CUSTO DA PEÇA QUE VIER A SER SUBSTITUÍDA EM DECORRÊNCIA DE DESGASTE NATURAL; DURANTE O PERÍODO DE GARANTIA DEVERÁ SER PREVISTA ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA A CENTRAL MULTIMÍDIA INSTALADA, BEM COMO SER PREVISTA TODAS AS ATUALIZAÇÕES E MANUTENÇÕES PARA O GPS. PRAZOS PARA REPARO/MANUTENÇÕES EM GARANTIA: DURANTE O PERÍODO DE GARANTIA, A EMPRESA A SER CONTRATADA ESTARÁ OBRIGADA A SANAR OS PROBLEMAS SURGIDOS NO VEÍCULO E RESPECTIVAS ADAPTAÇÕES, E RESTITUÍ-LO À UNIDADE DETENTORA,		

	EM CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO, NO PRAZO MÁXIMO DE 15 (QUINZE) DIAS, CONTADOS A PARTIR DA COMUNICAÇÃO DO PROBLEMA À EMPRESA INDICADA PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA; CASO NÃO SEJA POSSÍVEL A SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS VERIFICADOS NAS ADAPTAÇÕES, A EMPRESA A SER CONTRATADA DEVERÁ SUBSTITUIR O ITEM DEFEITUOSO POR OUTRO EM PERFEITAS CONDIÇÕES, E RESTITUIR A ESTAÇÃO DE BOMBEIROS DETENTORA DO VEÍCULO, DENTRO DO PRAZO ESTIPULADO DE 15 (QUINZE) DIAS, A FIM DE QUE NÃO HAJA PREJUÍZO NO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE BOMBEIRO; O NÃO CUMPRIMENTO DO PRAZO ESTIPULADO NO SUBITEM ANTERIOR IMPLICARÁ EM ACRÉSCIMO AO PRAZO DE GARANTIA DO VEÍCULO, PELO MESMO PERÍODO QUE EXCEDER AO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS ESTIPULADOS, SEM PREJUÍZO DAS SANÇÕES PREVISTAS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA: PRAZOS: A ENTREGA DO OBJETO DESTE TERMO DE REFERÊNCIA DEVERÁ SER FEITA EM 60 (SESSENTA) DIAS, CORRIDOS E CONTADOS DA DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO, CONFORME AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE TERMO. LOCAL: AVENIDA: BRASÍLIA, 555, PARQUE VILA NOVA, FERNANDÓPOLIS, CEP:15612-042, HORÁRIO: ENTRE 8 (OITO) HORAS ÀS 18 (DEZOITO) HORAS, SETOR DA ADMINISTRAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS FERNANDÓPOLIS-SP, TELEFONE: 17 34621162. DEVERÃO SER ENTREGUES NO ENDEREÇO ESTIPULADO PELO EDITAL, CORRENDO POR CONTA DA CONTRATADA AS DESPESAS DE EMBALAGEM, SEGUROS, TRANSPORTE, TRIBUTOS, ENCARGOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS DECORRENTES DESTE FORNECIMENTO. VISTORIA E RECEBIMENTO DO VEÍCULO: VISTORIA QUALITATIVA DE RECEBIMENTO: O VEÍCULO SERÁ VISTORIADO DE FORMA QUALITATIVA PELA CTER,		

	EMITINDO-SE PARECER TÉCNICO, EM FORMULÁRIO PADRÃO DO CBPMESP, QUE SERÁ FORNECIDO À CONTRATADA NO MOMENTO DA VISTORIA EM ENVELOPE DE SEGURANÇA TRANSPARENTE COM FITA ADESIVA PERMANENTE; NO MOMENTO DA VISTORIA A CONTRATADA DEVERÁ ENTREGAR O CRONOGRAMA DE ENTREGA NO DESTINO FINAL, MESMO QUE ESTA OCORRA DE FORMA PARCELADA, IDENTIFICANDO-O POR MEIO DO EMPLACAMENTO, LOCAL DE ENTREGA E DATA QUE OCORRERÁ; A REPROVAÇÃO PELA CTER, NÃO ALTERA O PRAZO CONTRATUAL DE ENTREGA; O VEÍCULO SERÁ RECEBIDO PROVISORIAMENTE, NOS PRAZOS DEFINIDOS EM EDITAL, SENDO CONTADOS DA DATA DA ENTREGA; CONSTATADAS IRREGULARIDADES NO OBJETO CONTRATUAL, NO MOMENTO DA VISTORIA OU NO RECEBIMENTO NOS LOCAIS DE ENTREGA, A CONTRATANTE PODERÁ: SE DISSER RESPEITO À ESPECIFICAÇÃO, REJEITÁ-LO NO TODO OU EM PARTE, DETERMINANDO SUA SUBSTITUIÇÃO OU RESCINDINDO A CONTRATAÇÃO, SEM PREJUÍZO DAS PENALIDADES CABÍVEIS; NA HIPÓTESE DE SUBSTITUIÇÃO, A CONTRATADA DEVERÁ FAZÊ-LA EM CONFORMIDADE COM A INDICAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO, CONTADOS DA DATA DE NOTIFICAÇÃO POR ESCRITO, MANTIDO O PREÇO INICIALMENTE CONTRATADO; NA HIPÓTESE DE REPROVAÇÃO DO OBJETO INDIVIDUALMENTE, POR FALHAS MECÂNICAS, DEFEITOS DE FUNILARIA, AUSÊNCIA DE EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS, ENTRE OUTROS, PODERÁ SER CONCEDIDO, A CRITÉRIO DA CTER E/OU GESTORES CONTRATUAIS, NOVO PRAZO CASO SEJA ESTIPULADO EM EDITAL, PARA A CORREÇÃO TOTAL DAS FALHAS APONTADAS, SENDO QUE O SEU DESCUMPRIMENTO PODERÁ ACARRETAR EM SANÇÕES; APÓS A CORREÇÃO DOS PROBLEMAS APONTADOS NO ITEM ANTERIOR, INICIAR-SE-Á NOVA CONTAGEM DOS PRAZOS PARA A REALIZAÇÃO DOS RECEBIMENTOS PROVISÓRIO E DEFINITIVO; CASO O VEÍCULO, DURANTE O PROCESSO PRODUÇÃO, ADAPTAÇÃO E TRANSPORTE, VIER A SE ENVOLVER EM ACIDENTES DE QUALQUER NATUREZA E/OU TIVEREM AVARIAS DECORRENTES OU NÃO DE ACIDENTES, NÃO SERÃO ACEITOS PELA COMISSÃO DE RECEBIMENTO; O RECEBIMENTO DO		

	OBJETO DAR-SE-Á DEFINITIVAMENTE NO PRAZO ESTIPULADO EM EDITAL, APÓS O RECEBIMENTO PROVISÓRIO, UMA VEZ VERIFICADO O ATENDIMENTO INTEGRAL DA QUANTIDADE E DAS ESPECIFICAÇÕES CONTRATADAS, MEDIANTE "TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO" OU "RECIBO", FIRMADO PELO SERVIDOR RESPONSÁVEL. DOCUMENTAÇÃO PARA ENTREGA DEFINITIVA: A CONTRATADA DEVERÁ PROVIDENCIAR A ENTREGA, AO GESTOR DO CONTRATO OU A SEÇÃO INFORMADA, DA RELAÇÃO CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO E A LOCALIZAÇÃO DAS EMPRESAS RESPONSÁVEIS PELA ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO VEÍCULO; CATÁLOGOS NO PADRÃO MS-EXCEL, QUE POSSIBILITE A PRONTA IDENTIFICAÇÃO DAS PEÇAS QUE COMPÕEM O VEÍCULO FORNECIDO, POR MEIO DOS RESPECTIVOS NOMES, CÓDIGOS COMERCIAIS, DESCRIÇÃO E VALORES DE REFERÊNCIA NO MERCADO A FIM DE INSTRUIR OS FUTUROS PROCESSOS DE AQUISIÇÕES DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO REALIZADOS PELA CBPMESP. TODAS AS DOCUMENTAÇÕES ORIGINAIS DO VEÍCULO E EQUIPAMENTOS INSTALADOS BEM COMO OUTRAS EXIGIDAS NESTE TERMO, TAIS COMO: MANUAL DE USO DAS ADAPTAÇÕES, CHAVE ORIGINAL E RESERVA, ESQUEMA ELÉTRICO, DESENHOS, AFERIÇÃO DA POTÊNCIA, O CRLV E A NOTA FISCAL. GARANTIA:DEVERÁ POSSUIR GARANTIA DE NO MÍNIMO 01 (UM) ANO DE LINHA DE MONTAGEM FORNECIDO PELA EMPRESA VENCEDORA. O VEÍCULO DEVERÁ PORTAR MANUAL DE INSTRUÇÕES, MANUTENÇÃO E DO PROPRIETÁRIO TODOS EM LÍNGUA PORTUGUESA.		

2. Observação: qualquer divergência entre o descritivo do Comprasnet e do Edital, deverá ser considerado o descritivo deste edital.